



## INTERVENÇÃO DE LIBÉRIO DOMINGUES

Coordenador USL/CGTP-IN

Estimados convidados

Caras e caros camaradas e amigos, congressistas

Eis-nos chegados ao 11º Congresso da USL, o mais importante e significativo acontecimento na vida desta organização, a maior e mais representativa estrutura intermédia da CGTP-IN. Este é sempre o momento por excelência para a análise e balanço do trabalho realizado e simultaneamente para definir e lançar o trabalho futuro.

Nestes últimos 4 anos o mundo ficou mais desigual e perigoso.

A intensificação de processos de desestabilização em vários pontos do globo e as guerras de agressão imperialistas, demonstram a natureza exploradora e agressiva do sistema capitalista e da sua política de domínio económico e de saque dos recursos naturais. Uma realidade bem patente, no drama humano de centenas de milhar de refugiados, oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente que fogem à pobreza, à guerra e à morte. Consequências dramáticas destas políticas neocoloniais e de exploração, levadas à prática pelos EUA, pela NATO e pela União Europeia.

Na Europa aprofundaram-se os traços da U.E. como estrutura cada vez mais distante dos trabalhadores e dos povos. Acentuou-se a política de direita, com os seus traços dominantes: a aprovação de novas regras de governação económica, incluindo o Tratado Orçamental; o reforço do papel do BCE, na imposição de uma política monetária e económica neoliberal; o ataque aos direitos dos trabalhadores e à segurança social e a desregulamentação da legislação laboral; uma política de migração repressiva, baseada na concepção da Europa-fortaleza; uma política externa de carácter belicista e de ingerência na vida de outros países.

As lutas empreendidas pelos trabalhadores de diferentes países contra a desregulamentação das relações laborais e o desmantelamento da segurança

social, nomeadamente na Grécia, Bélgica, Itália, Inglaterra e Espanha, constituem-se como elementos positivos da resposta colectiva contra a ofensiva em curso.

Durante este período, a USL esteve envolvida em diversas acções, manifestações, debates e concentrações exigindo o fim da guerra nos países do Médio Oriente, o fim da ocupação da palestina por parte de Israel, pela independência do povo saharai, pelo fim do bloqueio a Cuba e pela libertação dos 5 heróis cubanos ilegal e criminosamente presos nos Estados Unidos.

Aproveito para saudar os nossos estimados convidados e convidadas internacionais:

Saúdo a Senhora Embaixadora de Cuba, Joana Tablada; Saúdo o representante da Embaixada da Palestina, o Senhor Fadhi.

Saúdos os nossos camaradas do TUC Londres, nossos companheiros nas cidades capitais Europeias, a Secretária regional Megan Dobney e o Secretário para as Políticas Sociais.

Camaradas,

Há quatro anos realizávamos o nosso 10º Congresso a pouco mais de uma semana da Greve Geral de 24 de Novembro de 2011, a primeira de quatro grandes Greves Gerais que viríamos a realizar neste período entre Congressos, que praticamente coincidiu com a legislatura do Governo PSD/CDS.

Um espaço de tempo que então antevíamos de grande dureza e dificuldade e que viria a confirmar-se como um dos mais negros da nossa história recente. Pela mão destes partidos a soldo do capital desenvolveu-se a maior e mais brutal ofensiva contra os trabalhadores e contra o povo de que há memória no Portugal de Abril.

Uma ofensiva assente na continuidade da política de direita prosseguida nas últimas décadas, que o Governo PSD/CDS intensificou e cujas consequências, tal como a CGTP-IN denunciou e combateu, se traduziram no aprofundamento dos problemas estruturais do país, no aumento das desigualdades, no empobrecimento da generalidade da população, no incremento da exploração e na degradação da coesão social e territorial.

A esmagadora maioria dos portugueses, confronta-se hoje com um país mais pobre e mais desigual, com o agravamento das injustiças sociais, o desemprego, a precariedade, a redução brutal dos rendimentos, a quebra das prestações sociais, o empobrecimento generalizado dos trabalhadores e das suas famílias, acentuando uma crise social em várias regiões do país, sendo a região de Lisboa fortemente afectada.

O desemprego em Lisboa, à semelhança do país, atingiu níveis dramáticos nestes 4 anos, com a taxa de desemprego oficial a atingir os 18,7%.

Apesar de todas as manipulações estatísticas (que quiseram esconder e não resolver uma realidade que é muito séria e exige uma resposta muito séria) os números não escondem uma taxa real de desemprego que eleva para 24% a proporção de homens e mulheres que na nossa região estão impedidos de trabalhar total ou parcialmente.

A precariedade laboral agravou-se, não só nos números mas também na intensidade e crescente fragilização das situações laborais. Na nossa região 7 em cada 10 jovens têm um vínculo precário, proporção que se eleva para 8 se falamos das jovens trabalhadoras.

O recurso ao trabalho clandestino e não declarado acentuou-se.

A submissão ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e ao Tratado Orçamental, depois de três anos sem paralelo na destruição de riqueza devido à aplicação das medidas impostas pelo memorando de agressão da troika, conduziu-nos a uma prolongada situação de estagnação e retrocesso económico, levou à destruição de uma parte significativa do nosso aparelho produtivo, atirou o investimento para níveis baixíssimos, provocando a falência de milhares de micro, pequenas e médias empresas.

Ao mesmo tempo, cresceu desmesuradamente a dívida pública e privada, tornando o nosso país cada vez mais dependente economicamente do exterior e mais fragilizado na sua soberania.

Neste 4 anos, destruíram-se 4.500 empresas no nosso distrito e perderam-se mais de 55 mil postos de trabalho.

Iniciaram-se processos de insolvência em mais de 5000 empresas e mais de 800 recorreram a Processos de revitalização (PER).

Perto de 20.000 trabalhadores foram vítimas de despedimentos colectivos, em processos que envolveram mais de 2.100 empresas na região.

Durante estes últimos quatro anos sucederam-se medidas profundamente anti-laborais e anti-sociais, tais como:

Os novos ataques à contratação colectiva, nomeadamente através das reduções dos prazos de caducidade e sobrevivência das convenções; As limitações impostas à emissão das portarias de extensão;

A facilitação dos despedimentos e diminuição das indemnizações;

A reintrodução do congelamento e cortes de salários na Administração Pública e no sector empresarial do Estado (mesmo depois da declaração de

inconstitucionalidade dos roubos efectuados), assim como o congelamento de carreiras e progressões;

A tentativa de imposição do aumento do horário de trabalho na Administração Pública das 35 para as 40 horas semanais, diminuindo deste modo o valor salarial e, no caso das autarquias, no quadro de um total desrespeito pela autonomia negocial da Administração Local.

Os salários dos trabalhadores estiveram na mira das políticas de austeridade impostas pela troika e pelo anterior governo e foram inúmeras as medidas que fizeram com que os trabalhadores tenham levado para casa menos do já pouco que levavam antes deste ataque sem vergonha e sem precedentes.

Aumentou a proporção de trabalhadores a receber o salário mínimo nacional e remunerações inferiores a 600 Euros mensais, num período que ficou igualmente marcado por um colossal aumento de impostos e da carga fiscal que, mais uma vez, incidiu essencialmente sobre os rendimentos do trabalho.

Se o ataque foi forte para os trabalhadores no activo, não o foi menos para os pensionistas: no seu conjunto, reformados da segurança social e aposentados da CGA perderam mais de Mil e Novecentos milhões de Euros.

Estes, entre muitos outros exemplos, constituíram aspectos centrais da política do Governo PSD/CDS, orientada para o desemprego massivo, a precarização do emprego, o embaratecimento do custo e a intensificação dos ritmos do trabalho, a ineficácia da contratação colectiva, a par de uma ausência de meios para uma efectiva fiscalização das condições em que é prestado o trabalho.

Uma outra linha da ofensiva do Governo contra os interesses dos trabalhadores do povo e do país fica marcada pela fúria privatizadora, orientada prioritariamente para a destruição de empresas e sectores produtivos, tendo como objectivo mais geral a privatização de tudo o que fosse lucrativo e dessa forma aumentar a acumulação e concentração do capital, em detrimento dos interesses nacionais e das condições de vida do povo.

Um programa de privatizações, que não só, incluiu empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento do país (como a PT, os CTT, a ANA, a EGF e mais recentemente, no sector dos transportes nomeadamente, da TAP, da Carris e do Metro de Lisboa, da CP, CP/Carga, da Emef e da Refer), como alargou o horizonte privatizador à generalidade dos serviços públicos, fazendo aprovar um conjunto de legislação para permitir a sua entrega à gestão privada, que representa o aprofundamento de um processo tendente à privatização das Funções Sociais do Estado.

Em nome desta estratégia, o Serviço Nacional de Saúde tem sido fortemente atingido, tanto com sucessivas reduções do seu financiamento, que têm tido impactos graves na saúde e na vida das pessoas, como pela imposição de um processo de dualização do sistema de saúde que reforça a perspectiva de um

SNS orientado para os pobres e um outro sistema para quem pode pagar, assente na promoção e financiamento do Estado ao sector privado.

O mesmo objectivo privatizador tem sido prosseguido na área da educação, onde os cortes orçamentais visam e estão a dificultar o normal funcionamento da Escola Pública, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior, pondo em causa o ensino público gratuito para as crianças e jovens, designadamente ao longo de toda a escolaridade obrigatória, tornando ainda mais frágeis as medidas de acção social escolar dirigidas aos alunos oriundos de famílias de menores rendimentos, fazendo recuar a escola a um modelo semelhante ao que vigorava antes do 25 de Abril, uma escola elitista, não democrática, potenciadora de desigualdades sociais.

A Segurança Social foi profundamente enfraquecida, com a fixação de regras mais restritivas para a determinação da condição de recursos para acesso a prestações e a apoios não contributivos e com a sucessão de várias alterações legislativas, cujo impacto foi brutal: a redução da despesa com pensões no sistema providencial; o declínio na cobertura e no grau de protecção do subsídio de desemprego; a redução do valor do subsídio de doença; a diminuição drástica do número de beneficiários nas prestações familiares, no rendimento social de inserção e no complemento solidário para idosos.

Tudo isto num contexto de empobrecimento e degradação das condições de vida dos trabalhadores e do povo:

O risco de pobreza e exclusão social agravou-se e atinge 27,5% da população. Hoje, 10,7% dos trabalhadores e trabalhadoras vivem em risco de pobreza.

Os sacrifícios exigidos ao povo poderão ter prejudicado em muito o país e as suas populações, mas não foram em vão para o grande capital, que nestes anos conseguiu aumentar a sua fatia choruda no todo da riqueza nacional. Os 25 mais ricos do país viram a sua riqueza aumentar em 400 milhões de Euros neste último ano.

Caras e caros camaradas

Os documentos apresentados ao Congresso, nomeadamente quanto à caracterização da situação social no Distrito e sobre o conjunto da acção sindical desenvolvida, traduzem de forma mais exaustiva o que foram os últimos quatro anos sob o governo PSD/CDS, a dimensão, efeitos e consequências da ofensiva que, contando sempre com o apoio e incentivo do Presidente da República, foi desenvolvida contra os trabalhadores, contra o povo e contra o país.

Foi neste quadro que a unidade, resistência e luta dos trabalhadores se afirmou como uma constante e a sua organização, reforço e ampliação, constituiu a nossa principal tarefa.

Resistência e luta travada com coragem e determinação pelos trabalhadores, de sector a sector, de empresa a empresa, de local de trabalho a local de trabalho,

num combate sem tréguas contra as ofensivas do patronato e do Governo, pela defesa e manutenção dos direitos individuais e colectivos, batendo-se pelas suas justas e legítimas reivindicações.

Resistência e luta desenvolvida aos mais diversos níveis e sob as mais variadas formas.

No âmbito do nosso Distrito foram muitas as lutas efectuadas a que a USL deu um importante contributo, em articulação com os sindicatos, na planificação, esclarecimento, mobilização e organização, desde greves e paralisações, a manifestações, concentrações, marchas, desfiles e outras acções, com a participação de milhares de trabalhadores dos sectores privado, público e empresarial do Estado.

Resistência e luta que nestes últimos quatro anos tiveram muitos e importantes momentos de convergência e que, pela grandiosa dimensão alcançada, se destacam:

As quatro grandes Greves Gerais realizadas, respectivamente em 24 de Novembro de 2011, 22 de Março de 2012, 14 de Novembro de 2012 e 27 de Março de 2014;

As cerca de duas dezenas de Manifestações Nacionais, algumas com mais de 300 Mil participantes como as de, 11 de Fevereiro e 29 de Setembro de 2012 no Terreiro do Paço, as de 25 de Maio e 6 de Julho em Belém ou a de 19 de Outubro de 2013, com a travessia da Ponte 25 de Abril em autocarros.

**Grandiosas e inesquecíveis jornadas de luta convocadas pela CGTP-IN, para as quais foi decisivo o contributo e participação dos trabalhadores e da população do Distrito de Lisboa e o empenhamento dos sindicatos que integram a USL na sua mobilização.**

Caras e caros camaradas

Tal como antevíamos no nosso último Congresso, o mandato da USL que agora termina foi duro, difícil e de grande exigência, quer pela violência da ofensiva com que os trabalhadores e o povo se viram confrontados, quer pela necessidade imperiosa de lhe darmos resposta, construindo a unidade, erguendo incessantemente a resistência e a luta dos trabalhadores.

Hoje, em tempo de balanço, podemos afirmar com orgulho e satisfação que estivemos à altura das exigências e desafios que se nos impunham, que valeu e que vale a pena lutar.

**Num contexto de forte pressão e chantagem, a luta nos locais de trabalho deu frutos inestimáveis:**

Integraram-se trabalhadores precários nos quadros de efectivos em importantes empresas do nosso distrito;

Contrariaram-se despedimentos colectivos;

Resistiu-se e contrariou-se a ofensiva contra a liberdade de expressão e de exercício da actividade sindical nas empresas e obrigou-se à reintegração de quadros e activistas sindicais alvo de perseguição.

Conseguiram-se importantes aumentos salariais, quando a tónica era para os manter e mesmo para os baixar.

Conseguiu-se repor salários e subsídios roubados e o pagamento do trabalho extraordinário e o descanso compensatório;

Travaram-se ataques aos direitos de maternidade e paternidade;

Contrariaram-se as adaptabilidades e os bancos de horas.

Mantiveram-se em vigor importantes Contratos Colectivos quando a pressão era e é para a caducidade, negociaram-se novos e importantes Acordos de Empresa, conseguiu-se que Acordos estabelecidos em grandes empresas se alargassem a milhares de trabalhadores de outras empresas do mesmo grupo e que dantes não eram abrangidos.

**Numa das maiores ofensivas aos trabalhadores da Administração Pública, a resposta foi de luta e com importantes resultados:**

Contrariam-se mobilidades; Travaram-se despedimentos.

Combateu-se a degradação dos tempos de trabalho, lutando arduamente contra a famigerada Lei 68/2013, que pretendeu arrasar uma das importantes conquistas históricas dos trabalhadores, impondo horários de 40 horas semanais na Administração Pública.

Permitam-me que a este propósito saúde a vitória alcançada pelos trabalhadores da Administração Local e os primeiros ACEP finalmente publicados. A luta vai continuar e vamos conseguir as 35 horas para todos os trabalhadores!

**Foi também dura e intensa a luta em defesa das funções sociais do Estado e dos serviços públicos num quadro de políticas de cariz neoliberal:**

Em defesa da escola pública e contra a municipalização da educação;

Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, lutando contra a privatização e contrariando a crescente pressão para a degradação das condições de prestação de trabalho dos profissionais de saúde

Contra a privatização dos transportes públicos e pela qualidade do serviço prestado às populações

**Foi com base neste imenso caudal de lutas desenvolvidas a partir das empresas e locais de trabalho, em torno dos problemas e**

objectivos concretos dos trabalhadores, sob a bandeira da CGTP e dos sindicatos que a integram, que se ampliou a unidade na acção e se alicerçou a luta mais geral dos trabalhadores e do povo, por objectivos políticos mais vastos como o derrube do Governo, a ruptura com a política de direita e a construção de uma alternativa política de esquerda e soberana.

Os resultados das eleições legislativas de 4 de Outubro e a estrondosa derrota sofrida pela Coligação do PSD e do CDS e a queda do seu Governo no passado dia 10, são indissociáveis desta luta e do seu contributo fundamental para o isolamento político e social do Governo e o consequente esvaziamento da sua base eleitoral e social de apoio.

Caras e caros camaradas

**Temos motivos para, com alegria, afirmar: não estamos, hoje, no mesmo quadro político em que estávamos há quatro anos atrás! Não estamos porque fizemos tudo o que fizemos nestes 4 anos.**

Sabemos também que o presente e o futuro vão continuar a ser construídos na luta.

O contexto político, económico e social em que realizámos o anterior Congresso era de grande dificuldade e exigência, mas o que hoje vivemos, sendo diferente, não é menos complexo e difícil. O quadro que temos pela frente comporta novos e enormes desafios que exigem toda a nossa firmeza, determinação e empenho.

O Lema deste 11º Congresso da USL, **“MAIS UNIÃO ! COM CONFIANÇA NA LUTA , MAIS FORÇA A QUEM TRABALHA!”**, traduz a necessidade do reforço do papel da USL , enquanto pólo dinamizador da acção sindical no Distrito, na criação de dinâmicas de trabalho colectivo, que contribuam para a obtenção de melhores resultados, ao nível dos objectivos de cada sindicato e da acção sindical no seu todo.

É neste sentido que se apresenta ao Congresso, para discussão e aprovação, uma proposta de prioridades para a acção sindical a desenvolver nos próximos tempos, tendo presente dois objectivos centrais. **FORTALECER E DINAMIZAR A ACÇÃO E A LUTA REIVINDICATIVA - REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO, DINAMIZAR A ACÇÃO SINDICAL INTEGRADA**

Assim, sem prejuízo do conjunto das orientações definidas no programa de acção, o que se pretende é a elaboração de um plano de trabalho, com o envolvimento dos sindicatos do Distrito, que considerando as suas diferentes realidades e a sua autonomia, possa definir um conjunto de medidas que, integradas numa acção conjunta, articulando meios e recursos existentes,

potenciem a acção e a luta reivindicativa na região em mais empresas e serviços, mais locais de trabalho e envolvendo mais trabalhadores, tendo como principais objectivos reivindicativos:

## VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES!

Pelo emprego com direitos, combater a precariedade e o desemprego

Pela melhoria dos salários

Pela redução dos horários de trabalho

Pela defesa e efectivação dos direitos dos trabalhadores

Assegurar o direito de contratação colectiva

Valorizar a administração pública. Por serviços públicos universais e de qualidade

Pela defesa das Funções Sociais do Estado

### No plano da organização:

Reforçar a presença, aumentar e dinamizar a acção e intervenção dos sindicatos nos locais de trabalho

Aumentar a sindicalização

Ampliar a rede de delegados sindicais e de Representantes dos trabalhadores na área da Saúde e Segurança no Trabalho.

Caras e caros camaradas

O sentido de voto da maioria do povo português rejeitou a política de exploração, de desigualdades e de empobrecimento e as medidas instrumentais para a sua prossecução, como as denominadas “Reformas Estruturais”, a chamada “Consolidação Orçamental” e as regras da “Governação Económica”, que ameaçam a nossa soberania e o nosso futuro.

A nova correlação de forças na Assembleia da República, potencia melhores condições para responder aos inúmeros problemas e desafios com que os trabalhadores e o povo estão confrontados e proporciona uma situação mais favorável para dar continuidade à luta pela afirmação dos direitos e valores de Abril.

Este é o momento certo para avançar nas reivindicações e na luta, para pôr fim à política anti-laboral e anti-social, para revogar as normas gravosas do Código do Trabalho e da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, para repor os direitos e os rendimentos cortados, para exigir o aumento real dos salários, do salário mínimo nacional para 600 Euros já para o início de 2016, das pensões, da protecção e dos apoios sociais aos desempregados e às famílias, para assegurar a dinamização da contratação colectiva e efectivar as 35 horas para os trabalhadores dos sectores público e privado sem redução de salários.

É neste sentido, que o 11º Congresso da União de Sindicatos de Lisboa reforça o seu **compromisso de acção unidade e luta**, em torno dos objectivos centrais e principais reivindicações da CGTP-IN, pela sua afirmação e concretização no plano nacional e em particular no âmbito do Distrito de Lisboa, **POR UMA VIDA MELHOR!**

Por uma política que aposte no sector produtivo, promova o trabalho com direitos, dignifique as profissões no sector privado e na Administração Pública, combata a precariedade, segmentação do emprego e outras formas de exploração, promova a igualdade entre mulheres e homens, a articulação do trabalho com a vida familiar, a realização pessoal e a participação na vida social, cívica e cultural.

Uma política identificada com a Constituição da República Portuguesa e os valores e conquistas de Abril.

**VIVA A CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL!**

**VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!**

**VIVA O 11º CONGRESSO DA UNIÃO DE SINDICATOS DE LISBOA!**